

PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis - DCONs do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do Decreto nº 93.872, de 1986, da Lei nº 10.180, de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - 8ª edição e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As DCONs foram elaboradas a partir das informações constantes no Siafi, e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

Balanco Patrimonial (BP)

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Balanco Orçamentário (BO)

Balanco Financeiro (BF)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Notas Explicativas (NE)

Em observância à Decisão Normativa TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019, Anexo I, no qual estão relacionadas as Unidades Prestadoras de Contas – UPC do MJSP, para fins de consolidação do Relatório de Gestão do exercício de 2019, destacamos:

1) O órgão SIAFI “Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal” foi desativado, portanto, não apresentou movimentação financeira, orçamentária e patrimonial em 2019. O controle de toda a execução é realizada na UG Tesouro, sendo identificada por meio dos programas de trabalho, fontes de recursos e planos internos.

2) Embora o CADE e a FUNAI pertençam à estrutura regimental do MJSP, ambas apresentarão relatórios de gestão próprios, para o exercício de 2019, conforme instrução da decisão normativa supracitada. Contudo, não foi possível extrair as demonstrações contábeis do MJSP de modo a excluir esses órgãos, devido a limitações do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, sistema do governo federal. No entanto, nas notas explicativas apresentadas, onde houve composição de saldos da FUNAI e do CADE, foram segregados os valores das contas contábeis por órgão, com o fim de melhor adaptação deste relatório às regras de consolidação estabelecidas para Relatório de Gestão do exercício de 2019.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única e demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados

pelo valor original. Atualmente não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Não são realizados os ajustes para perdas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios

econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$K_d = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

K_d = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Não são deduzidos os saldos da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1

Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2

Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3

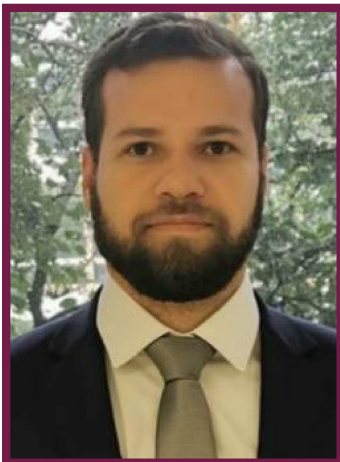
Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO MJSP



Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do MJSP.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019, e, é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

Bens Móveis

Atualmente algumas unidades enfrentam o desafio de adotar sistema de controle patrimonial extra contábil que realize o controle dos bens móveis de maneira a atender suas especificidades dos bens utilizados. Diante desta realidade, existe a iniciativa de implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, instituído pela Portaria MPOG nº 385, de 28 de novembro de 2018.

Está em fase de implementação do Siads a Coordenação-Geral de Gestão

Documental e Serviços Gerais – CGDS, da Subsecretaria de Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que realiza a gestão dos bens patrimoniais das unidades: Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD, Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD (excetuando-se os bens apreendidos e perdidos), Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP e Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.

O AN, PF e PRF não iniciaram a implementação do Siads sendo que, no caso desses dois últimos, o sistema depende do desenvolvimento de funcionalidades que atendam principalmente o acautelamento e detalhamento de dados dos bens utilizados na atividade policial.

Em razão da limitação de sistema de gestão patrimonial, a CGDS possui defasagem na relação de bens patrimoniais registrados no SIAFI e no sistema de controle, restando pendente também os procedimentos de reavaliação de bens móveis. O AN não passou por procedimentos de inventário ou reavaliação de bens móveis. Na PF não foi concluído o inventário de 65,3% do total dos bens registrados em móveis. A PRF não concluiu o procedimento de inventário, sendo que passaram pelos procedimentos de avaliação, em 2018, apenas os veículos de tração mecânica, que representam 48% de seus bens móveis.

Bens Imóveis

Em consulta ao Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União – Spiunet, verificou-se que 64,31% (R\$ 74,84 bilhões) do total em bens imóveis contabilizados no MJSP estão com os prazos dos laudos das avaliações fora da validade, o que prejudica a fidedignidade da representação monetária desses bens no Balanço Patrimonial.

A FUNAI concentra 99,49% desses valores (apesar de se tratar de uma Unidade Prestadora de Contas que não integra este Relatório de Gestão, não é possível realizar essa segregação nas Demonstrações Contábeis, conforme anteriormente descrito em “Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis”).

Cumpre informar que a reavaliação é definida com base em laudo específico por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. As unidades dependem de interação com a SPU para a realização dos procedimentos de reavaliação.

O FUNAD possui como recursos bens apreendidos ou sequestrados em decorrência do tráfico de drogas de abuso, ou de qualquer forma utilizado em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas abusivas, ou, ainda, que foram adquiridos com recursos provenientes do referido tráfico, e perdidos em favor da União. Dentre eles, bens imóveis que não possuem registro patrimonial no SIAFI, ou estão registrados com valores que não refletem sua real representação. A unidade e esta Coordenação-Geral de Contabilidade deste MJSP estiveram em tratativas com o Ministério da Economia tratando de alterações nos sistemas estruturantes de gestão de imóveis para que a evidenciação desses bens se torne viável.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2020.

SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA

Contador do Ministério da Justiça e Segurança Pública

CRC nº 021.289/O-9

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL			(R\$ milhares)
ATIVO	NE	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE		3.951.155	3.292.382
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	2.354.988	2.384.084
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		1.506.365	808.758
Estoques		89.801	99.540
VPDs Pagas Antecipadamente		1	0
ATIVO NÃO CIRCULANTE		112.429.063	107.981.097
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.256.069	3.457.675
Créditos a Longo Prazo		2.189.168	2.330.525

Dívida Ativa Não Tributária		2.189.168	2.330.525
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		1.066.901	1.127.150
Investimentos		22	22
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado		108.852.048	104.366.901
Bens Móveis		2.819.943	2.669.195
Bens Móveis		3.714.740	3.430.069
(-) Deprec./Amort. /Exaustão Acum. de Bens Móveis		(894.797)	(760.874)
Bens Imóveis	02	106.132.105	101.697.706

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO		GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	ANEXOS E APÊNDICES
Bens Imóveis				106.170.637	101.716.150	
(-) Deprec./Amort. /Exaustão Acum. de Bens Móveis				(38.532)	(18.443)	
Intangível				220.924	156.499	
Softwares				220.792	156.356	
Softwares				224.226	158.058	
(-) Amortização Acumulada de Softwares				(3.435)	(1.702)	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais				133	143	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais				133	143	
TOTAL DO ATIVO				116.380.218	111.273.479	

PASSIVO	NE	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO CIRCULANTE		1.374.656	863.879
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	03	841.593	618.474
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		15.542	23.977
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		2	44
Demais Obrigações a Curto Prazo	04	517.519	221.384
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.575	522
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		2.004	229
Provisões a Longo Prazo		39	39
Demais Obrigações a Longo Prazo		1.532	254
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.378.231	864.401

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		115.001.987	110.409.078
Demais Reservas		2.501	2.501
Resultados Acumulados		114.999.485	110.406.576
Resultado do Exercício		4.608.689	4.459.412
Resultados de Exercícios Anteriores	05	110.406.571	105.645.023
Ajustes de Exercícios Anteriores		(15.775)	302.141
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		116.380.218	111.273.479

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
Ativo Financeiro	2.355.097	2.384.163	Passivo Financeiro	4.415.324	3.454.072
Ativo Permanente	114.025.121	108.889.316	Passivo Permanente	296.824	5.694
			Saldo Patrimonial	111.668.070	107.813.713

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO

SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NE	2019	2018
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		241.931	256.449
Execução dos Atos Potenciais Ativos		241.931	256.449
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		196.718	178.316
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos		45.131	77.987
Direitos Contratuais a Executar		82	146
TOTAL		241.931	256.449

PASSIVO

SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	NE	2019	2018
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		4.461.979	3.093.385
Execução dos Atos Potenciais Passivos		4.461.979	3.093.385
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		28	28
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		2.484.045	1.229.643
Obrigações Contratuais a Executar	06	1.977.907	1.863.714
TOTAL		4.461.979	3.093.385

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(970.412)
Recursos Vinculados	(1.089.815)
Educação	303
Seguridade Social (Exceto Previdência)	366
Previdência Social (RPPS)	2.777
Receitas Financeiras	(728.797)
Operação de Crédito	(4.414)
Alienação de Bens e Direitos	30.849
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	(390.899)
TOTAL	(2.060.227)

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

(R\$ milhares)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	31/12/2019	31/12/2018
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		983.119	970.908
Taxas		983.119	970.908
Contribuições		(23)	204
Contribuições Sociais		(23)	204
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		57.987	87.556
Venda de Mercadorias		20	24
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		57.967	87.532
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		93.128	105.649
Juros e Encargos de Mora		1.987	1.007
Variações Monetárias e Cambiais		225	714
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		90.916	103.928
Transferências e Delegações Recebidas		12.849.852	13.296.337
Transferências Intragovernamentais		12.633.504	13.184.574
Outras Transferências e Delegações Recebidas		216.348	111.764
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	07	12.154.579	5.145.410
Reavaliação de Ativos		5.281.456	453.245
Ganhos com Alienação		69.976	39.121
Ganhos com Incorporação de Ativos		6.801.563	4.650.174
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.584	2.871

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.939.758	1.256.297
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		332	1.521
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.939.426	1.254.776
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		28.078.400	20.862.361

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal e Encargos	08	7.553.057	7.241.437
Remuneração a Pessoal		5.934.213	5.677.485
Encargos Patronais		1.116.874	1.107.525
Benefícios a Pessoal		427.898	369.082
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		74.072	87.344
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		4.203.561	3.938.379
Aposentadorias e Reformas		3.106.177	2.898.362
Pensões		1.090.999	1.033.890
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		6.385	6.128
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		2.117.442	2.063.464
Uso de Material de Consumo		190.509	182.513
Serviços		1.705.482	1.687.999
Depreciação, Amortização e Exaustão		221.451	192.952
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		201.548	69.646
Juros e Encargos de Mora		947	424

Variações Monetárias e Cambiais		2	9
Descontos Financeiros Concedidos		200.599	69.214
Transferências e Delegações Concedidas		2.120.035	2.616.497
Transferências Intragovernamentais		1.336.468	2.195.134
Transferências Intergovernamentais		682.172	306.177
Transferências ao Exterior		8.910	60.047
Execução Orçamentária Delegada a Entes		77	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		92.408	55.139
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		6.830.439	346.714
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		1.772.758	140.893
Perdas com Alienação		4.178	13.531
Perdas Involuntárias		10.641	9.187
Incorporação de Passivos		0	0
Desincorporação de Ativos	09	5.042.861	183.102
Tributárias		4.187	5.011
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.341	2.123
Contribuições		1.846	2.888
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		439.441	121.800
Premiações		17	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		439.425	121.800
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		23.469.711	16.402.948
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		4.608.689	4.459.412

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
Receitas correntes		4.323.114	4.323.114	3.973.393	(349.721)
Receitas Tributárias		734.313	734.313	687.676	(46.638)
Taxas		734.313	734.313	687.676	(46.638)
Receitas de Contribuições		398	398	347	(51)
Contribuições Sociais		398	398	347	(51)
Receita Patrimonial		1.968.290	1.968.290	1.228.151	(740.139)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		179	179	296	117
Valores Mobiliários		129.455	129.455	89.432	(40.024)
Demais Receitas Patrimoniais	10	1.838.656	1.838.656	1.138.424	(700.232)
Receitas de Serviços		46.993	46.993	57.624	10.631
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		46.993	46.993	57.624	10.631
Outras Receitas Correntes		1.573.119	1.573.119	1.999.595	426.476
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	11	1.506.760	1.506.760	1.839.555	332.795
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		48	48	41.801	41.753
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		60.808	60.808	107.369	46.561
Demais Receitas Correntes		5.502	5.502	10.870	5.368

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	ANEXOS E APÊNDICES
--	--	---	-------------------------------------	--	-----------------------

RECEITAS DE CAPITAL		0	0	8.686	8.686
Alienação de Bens		0	0	8.686	8.686
Alienação de Bens Móveis		0	0	8.686	8.686
SUBTOTAL DE RECEITAS		4.323.114	4.323.114	3.982.079	(341.034)
DEFICIT	12			12.316.959	12.316.959
TOTAL		4.323.114	4.323.114	16.299.039	11.975.925

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas correntes		14.594.861	14.586.730	14.064.649	13.391.236	12.585.883	522.081
Pessoal e Encargos Sociais	13	11.025.499	11.329.607	11.221.437	11.177.631	10.436.394	108.170
Outras Despesas Correntes		3.569.362	3.257.123	2.843.212	2.213.605	2.149.489	413.910
Despesas de capital		1.938.937	2.750.116	2.234.390	369.810	367.327	515.726
Investimentos		1.936.937	2.748.116	2.234.390	369.810	367.327	513.726
Inversões Financeiras		2.000	2.000	-	-	-	2.000
Reserva de contingência		1.209.583	1.209.583	-	-	-	1.209.583
TOTAL		17.743.380	18.546.428	16.299.039	13.761.046	12.953.209	2.247.390

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Despesas correntes		158.667	626.307	310.358	308.496	315.591	160.888
Pessoal e Encargos Sociais		208	41.021	12.053	10.503	14.087	16.639
Outras Despesas Correntes		158.460	585.286	298.305	297.993	301.505	144.249
Despesas de capital		511.465	1.150.343	869.110	715.021	155.204	791.583
Investimentos		511.465	1.134.457	854.954	700.866	155.204	789.853
Inversões Financeiras		-	15.886	14.156	14.156	-	1.730
TOTAL		670.133	1.776.651	1.179.468	1.023.517	470.795	952.471

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Despesas correntes		4.821	753.937	736.119	574	22.065
Pessoal e Encargos Sociais		-	702.474	685.711	3	16.761
Outras Despesas Correntes		4.821	51.462	50.408	571	5.304
Despesas de capital		63.704	11.015	10.088	248	64.384
Investimentos		63.704	11.015	10.088	248	64.384
TOTAL		68.525	764.952	746.207	821	86.448

BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS

(R\$ milhares)

INGRESSOS	NE	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		3.982.079	2.204.432
Vinculadas		4.280.144	2.319.021
Seguridade Social (Exceto Previdência)		21.449	5.303
Alienação de Bens e Direitos		17.842	14.509
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.240.763	1.641.280
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	657.930
Recursos a Classificar		90	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(298.065)	(114.589)
Transferências Financeiras Recebidas		13.578.797	14.203.636
Resultantes da Execução Orçamentária		12.694.974	13.323.813
Cota Recebida		12.378.821	13.323.813
Repasse Recebido		316.152	-
Independentes da Execução Orçamentária		883.823	879.823
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		849.597	808.656
Demais Transferências Recebidas		34.226	71.167
Recebimentos Extraorçamentários		4.289.209	3.026.021
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		807.837	739.118
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		2.537.992	1.785.990
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		65.072	33.938

Outros Recebimentos Extraorçamentários	878.308	466.975
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	25
Restituições a Pagar	11	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	19	4
Arrecadação de Outra Unidade	-	464.826
Demais Recebimentos	878.278	2.120
Saldo do Exercício Anterior	2.384.084	1.375.706
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.384.084	1.375.706
TOTAL	24.234.169	20.809.796

BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS			
DISPÊNDIOS	NE	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Orçamentárias		16.299.039	14.771.632
Ordinárias		8.440.136	11.379.329
Vinculadas		7.858.902	3.392.304
Seguridade Social (Exceto Previdência)		2.141.126	293.786
Previdência Social (RPPS)		2.107.294	1.342.865
Receitas Financeiras		652.535	-
Operação de Crédito		-	23.900
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.957.948	1.546.760
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	184.994
Transferências Financeiras Concedidas		3.127.784	2.516.640

Resultantes da Execução Orçamentária		61.470	139.239
Repasso Concedido		-	130.669
Cota Devolvida		60.670	8.571
Repasso Devolvido		800	-
Independentes da Execução Orçamentária		3.066.314	2.377.401
Movimento de Saldos Patrimoniais		3.066.309	2.375.516
Movimentações para Incorporação de Saldos		5	1.885
Pagamentos Extraorçamentários		2.452.359	1.137.439
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		746.207	52.136
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.023.517	1.063.709
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		59.597	21.472
Outros Pagamentos Extraorçamentários		623.037	122
Ordens Bancárias Sacadas – Cartão de Pagamento		12	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-	121
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		622.994	-
Valores Compensados		30	1
Saldo para o Exercício Seguinte		2.354.988	2.384.084
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.354.988	2.384.084
TOTAL		24.234.169	20.809.796

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	NE	31/12/2019	31/12/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		635.879	1.545.484

INGRESSOS**Receitas Derivadas e Originárias**

Receita Tributária

15.367.786**14.381.503**

Receita de Contribuições

3.973.393**2.193.619**

Receita Patrimonial

687.676

679.644

Receita de Serviços

347

365

Remuneração das Disponibilidades

1.138.720

238

Outras Receitas Derivadas e Originárias

57.624

87.294

89.432

103.928

1.999.595

1.322.150

Outros Ingressos Operacionais**11.394.392****12.187.884**

Ingressos Extraorçamentários

65.072

33.938

Restituições a Pagar

11

-

Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior

19

4

Transferências Financeiras Recebidas

10.451.013

11.686.995

Arrecadação de Outra Unidade

-

464.826

Demais Recebimentos

878.420

2.120

DESEMBOLSOS**(14.731.907)****(12.836.019)****Pessoal e Demais Despesas****(12.385.426)****(11.296.789)**

Judiciário

(33)

(213)

Essencial à Justiça

(117)

(1.211)

Administração

(177.282)

(173.076)

Segurança Pública

14

(7.288.113)

(6.784.353)

Assistência Social

-

(123)

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO		GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	ANEXOS E APÊNDICES
Previdência Social				(4.349.953)	(3.777.830)	
Educação				(289)	(673)	
Cultura				(695)	(1.136)	
Direitos da Cidadania				(486.928)	(501.904)	
Gestão Ambiental				-	(23)	
Agricultura				(37)	(212)	
Encargos Especiais				(81.966)	(56.059)	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento				(12)	25	
Transferências Concedidas				(1.663.859)	(1.517.636)	
Intergovernamentais				(532.096)	(303.462)	
A Estados e/ou Distrito Federal				(524.167)	(291.413)	
A Municípios				(7.929)	(12.049)	
Intragovernamentais				(1.117.909)	(1.136.640)	
Outras Transferências Concedidas				(13.854)	(77.533)	
Outros Desembolsos Operacionais				(682.622)	(21.594)	
Dispêndios Extraorçamentários				(59.597)	(21.472)	
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores				-	(121)	
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade				(622.994)	-	
Valores Compensados				(30)	(1)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				(664.975)	(537.106)	
INGRESSOS				8.686	10.814	
Alienação de Bens				8.686	10.814	
DESEMBOLSOS				(673.661)	(547.920)	

Aquisição de Ativo Não Circulante	15	(599.126)	(508.720)
Outros Desembolsos de Investimentos		(74.535)	(39.199)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA		(29.096)	1.008.378
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		2.384.084	1.375.706
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2.354.988	2.384.084

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	ESPECIFICAÇÃO	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total
2018	Saldo Inicial do Exercício 2018		-	-	-	-	2.501	105.284.172	-	-	105.286.673
	Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	662.716	-	-	662.716
	Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	276	-	-	276
	Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	4.459.412	-	-	4.459.412
	Saldo Final do Exercício 2018		-	-	-	-	2.501	110.406.576	-	-	110.409.078
2019	Saldo Inicial do Exercício 2019		-	-	-	-	2.501	110.406.576	-	-	110.409.078
	Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	(12.138)	-	-	(12.138)
	Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	(3.642)	-	-	(3.642)
	Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	4.608.689	-	-	4.608.689
	Saldo Final do Exercício 2019	16	-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

O FUNPEN, no 4º trimestre de 2019, representou 42,40% (R\$ 998.495 mil), ou seja, a maior parte dos recursos disponíveis em “Caixa e Equivalentes”, seguido da PF e da PRF, os quais contemplaram, respectivamente, 20,61% (R\$ 485.480 mil) e 16,64% (R\$ 391.954 mil) do total dos recursos disponíveis na referida rubrica contábil. Os demais órgãos subordinados que apresentaram movimentação, englobaram 20,34% (R\$ 479.059 mil) desse total, conforme apresentado na “Tabela 1”.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por órgão

ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
Funpen	998.495	1.017.944	42,40%	(1,91)
PF	485.480	487.894	20,61%	(0,49)
PRF	391.954	373.478	16,64%	4,95
MJSP	124.477	147.955	5,29%	(15,87)
Cade	117.590	102.964	4,99%	14,20
Funad	112.685	106.597	4,78%	5,71
FDDD	52.685	49.124	2,24%	7,25
FNSP	37.781	45.684	1,60%	(17,30)
Funai	33.841	52.444	1,44%	(35,47)
Total	2.354.988	2.384.084	100,00	(1,22)

Fonte: SIAFI

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em dezembro de 2019, 80,76% (R\$ 1.901.914 mil) dos recursos financeiros disponíveis em “Caixa e Equivalentes” apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes: 24,27% (R\$ 571.544 mil) em recursos ordinários; 19,39% (R\$ 456.716 mil) em recursos não-financeiros diretamente arrecadados; e 19,09% (R\$ 449.619 mil) em receitas de concursos prognósticos. As demais fontes de recursos apresentaram-se distribuídas entre 18 tipos distintos e representaram 19,24% (R\$ 453.074 mil) do montante, conforme apresentado na “Figura 1”.

Figura 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte



Nota 02 – Bens Imóveis – BP

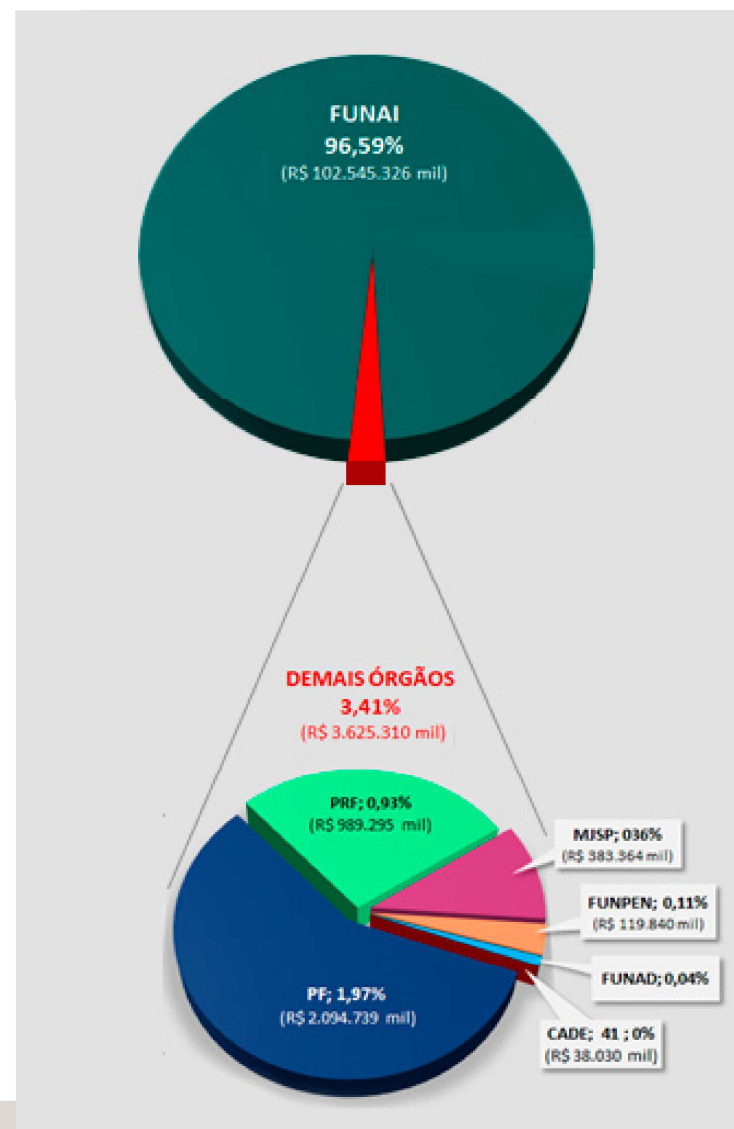
Em 31/12/2019, os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 106,17 bilhões. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de 0,04%, foi de R\$ 106,13 bilhões.

Nesse contexto, destaca-se a FUNAI pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 102,55 bilhões (96,59%), conforme “Figura 02”. Os órgãos vinculados apresentaram, em sua maioria, a seguinte distribuição de seus bens imóveis em relação aos seus ativos totais:

- a) FUNAI, 98,41% (R\$ 100.917.961 mil) com Fazendas, Parques e Reservas;
- b) PF, 72,19% (R\$ 1.512.278 mil) por Edifícios com 47,28% (R\$ 990.496 mil) e Terrenos e Glebas com 24,91% (R\$ 521.782 mil);
- c) PRF, 71,80% (R\$ 710.314 mil) por Edifícios, com 27,79% (R\$ 274.955 mil); Obras em andamento, com 22,12% (R\$ 218.802 mil); e Terrenos e Glebas, com 21,89% (R\$ 216.557 mil);
- d) MJSP, 92,66% (R\$ 355.210 mil) representado pela conta de Edifícios;
- e) FUNPEN, 51,70% (R\$ 61.961 mil) em Presídios / Delegacias;
- f) FUNAD, 59,23% (R\$ 22.525 mil) em Fazendas, Parques e Reservas; e
- g) CADE, 100% (R\$ 41 mil) em Benfeitorias em Propriedade de Terceiros.

De acordo com a “Tabela 2”, os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,54% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$105,69 bilhões em 31/12/2019.

Figura 02 – Bens Imóveis – por órgão



Destaca-se, como demonstrado na “Tabela 3”, a conta Fazendas, Parques e Reservas da Funai que representou 99,98% do total dos bens de uso especial do MJSP.

Tabela 02 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil (R\$ milhares)

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial	105.685.924	101.346.279	99,54	4,28
Bens Imóveis em Andamento	421.864	326.711	0,40	29,12
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	27.402	27.285	0,03	0,43
Instalações	27.947	11.834	0,03	136,17
Bens Dominicais	6.931	3.473	0,01	99,55
Demais Bens Imóveis	568	568	0,00	0,00
Subtotal	106.170.637	101.716.150	100,00	4,38
Depreciação / Amortização Acumulada	(38.532)	(18.443)	(0,04)	108,92
Total líquido	106.132.105	101.697.706	99,96	4,36

Tabela 03 - Bens de Uso Especial – por tipo (R\$ milhares)

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	100.940.487	97.036.345	95,51	4,02
- FUNAI	100.917.961	-	99,98	-
- Demais órgãos	22.526	-	0,02	-
Edifícios	421.864	326.711	0,40	29,12
Complexos / Fábricas / Usinas	421.864	326.711	0,40	29,12
Presídios / Delegacias	27.947	11.834	0,03	136,17
Terrenos / Glebas	27.402	27.285	0,03	0,43
Salas	27.402	27.285	0,03	0,43
Postos de Fiscalização	6.931	3.473	0,01	99,55
Demais bens imóveis de uso especial	27.947	11.834	0,03	136,17
Total dos bens de uso especial	105.685.924	101.346.279	100,00	4,28

Nota 03 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP

No quarto trimestre de 2019, restaram contabilizados R\$ 841.593 mil para despesas com pessoal, que representaram 61,06% do total do Passivo Exigível. Desse montante, 87,44% (R\$ 735.874 mil) foram referentes a salários, remunerações, benefícios e férias da PF e PRF; correspondendo, respectivamente, a 60,74% (R\$ 486.017 mil) e 31,23% (249.857 mil); sendo, portanto, os órgãos mais representativos com relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar do MJSP, conforme demonstrado na “Figura 3”. Na “Tabela 4” verifica-se a composição das respectivas obrigações por órgão, sendo destaques a PF e a PRF, totalizando 90,67% das obrigações. Na “Tabela 5” evidenciam-se as obrigações por tipo de obrigação, sendo 99,70% do montante representado pela conta Pessoal a pagar. Ainda, o aumento de 1.434% da conta Precatórios de Pessoal em relação ao exercício anterior foi representado em 99,02% (R\$ 19.618 mil) pela Funai, relativo ao reconhecimento de obrigação a pagar do exercício 2020; e 0,98% (R\$ 193 mil) pelo CADE, relativo a precatórios alimentares a serem pagos em 2020.

Figura 03 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

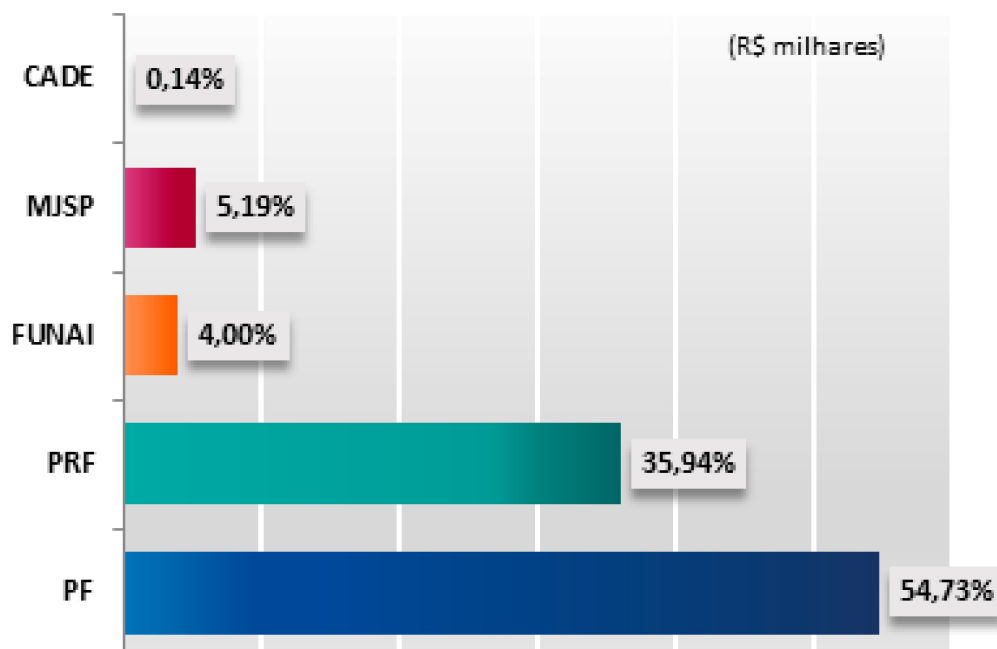


Tabela 04 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	AV%	AH%
PF	487.201	338.481	54,73	43,94
PRF	249.962	222.305	35,94	12,44
FUNAI	59.493	24.748	4,00	140,40
MJSP	42.953	32.096	5,19	33,83
CADE	1.984	844	0,14	135,06
FUNAI - Patrimônio Indígena	-	3	0,00	-
FNSP	-	1	0,00	-
Total	841.593	618.477	100,00	36,07

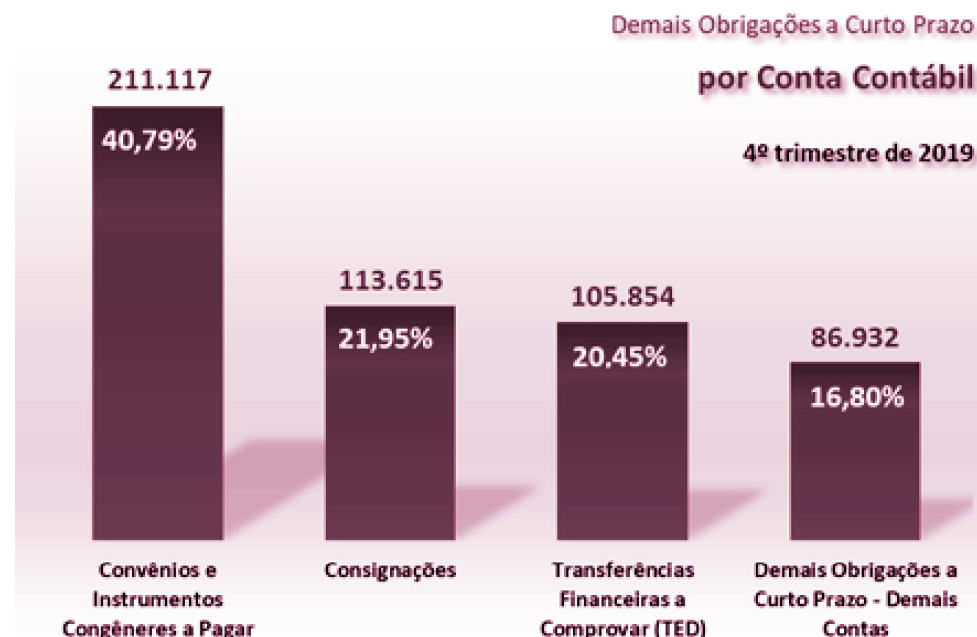
Tabela 05 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	AV%	AH%
Pessoal a Pagar	820.427	616.597	99,70	33,06
Precatórios de Pessoal	19.811	1.291	0,21	1.434,27
Entidades de Previd. Privada e Complementar	1.255	452	0,07	177,85
Benefícios Previdenciários	94	71	0,01	32,16
Benefícios Assistenciais a Pagar	5	48	0,01	-90,09
FGTS	1	0	0,00	-
Total Geral	841.593	618.459	100,00	36,08

Nota 04 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP

As “Demais Obrigações a Curto Prazo” registradas no Balanço Patrimonial representaram, no 4º trimestre de 2019, 37,55% (R\$ 517.519 mil) do total do Passivo Exigível e consolidam, pelos valores mais representativos, os convênios e instrumentos congêneres, consignações, transferências financeiras a comprovar relacionadas a Termos de Execução Descentralizada - TED, obrigações com entidades federais, depósitos não judiciais, precatórios de terceiros, dentre outros.

Figura 04 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por conta contábil



Os Convênios e Instrumentos Congêneres a pagar representaram, conforme “Figura 4”, o maior impacto na referida rubrica, de 40,79% (R\$ 211.117 mil), sendo o FUNPEN o órgão de maior destaque em relação ao saldo total, 93,41% (R\$ 197.204 mil), em razão da execução dos repasses de recursos à Unidade Gestora operacionalizada pela Caixa Econômica Federal.

Com relação às Consignações, que representaram 21,95% (R\$ 113.615 mil) do saldo da rubrica Demais Obrigações a Curto Prazo, 38,97% (R\$

44.274 mil) refere-se às retenções de empréstimos e financiamentos; 17,91% (R\$ 20.353 mil) às pensões alimentícias; e 13,65% (R\$ 15.511 mil) aos planos de previdência e assistência médica. Totalizando 70,54% (R\$ 80.139 mil) do total das referidas obrigações.

Na análise comparativa, ou seja, em relação a dezembro de 2018 houve crescimento de 133,77% (R\$ 296.135 mil), sendo 45,15% (R\$ 133.698 mil) do respectivo valor representado pelos convênios e instrumentos congêneres a pagar do FUNPEN; e 35,75% (R\$ 105.854 mil) relativo às transferências financeiras a comprovar - TED, que devido à implantação de nova rotina pela STN - apropriação de ativos na UG descentralizadora e de passivo na UG recebedora, decorrente de recursos orçamentários e financeiros não utilizados - gerou a inexistência do referido saldo no encerramento do exercício de 2018, evidenciado na “Tabela 6”.

Demais Obrigações a Curto Prazo	31/12/2019	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar	211.117	64.206	40,79	228,82
Fundo Penitenciário Nacional	197.204	63.506	38,11	210,53
Fundo Nacional de Segurança Pública	13.317	0	2,57	-
Ministério da Justiça e Segurança Pública	596	500	0,12	19,28
Fundo Nacional Antidrogas	0	200	-	(100,00)
Consignações	113.615	107.627	21,95	5,56
Polícia Federal	52.454	49.636	10,14	5,68
Polícia Rodoviária Federal	45.530	43.888	8,80	3,74
Ministério da Justiça e Segurança Pública	9.434	7.905	1,82	19,34
Fundação Nacional do Índio	6.126	5.927	1,18	3,36
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	68	92	0,01	(26,17)
Fundo Penitenciário Nacional	4	177	0,00	(97,91)
Fundo Nacional de Segurança Pública	-	2	-	-
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	105.854	0	20,45	
Fundo Nacional de Segurança Pública	53.461	0	10,33	-
Polícia Rodoviária Federal	28.009	0	5,41	-

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	ANEXOS E APÊNDICES
--	--	---	-------------------------------------	--	-----------------------

Fundação Nacional do Índio	16.747	0	3,24	-
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.708	0	0,72	-
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.229	0	0,62	-
Polícia Federal	700	0	0,14	-
Obrigações com Entidades Federais - Consolid.	30.623	22.500	5,92	36,10
Polícia Federal	30.623	22.500	5,92	36,10
Depósitos não judiciais	26.925	19.663	5,20	36,93
Polícia Rodoviária Federal	26.835	19.606	5,19	36,87
Polícia Federal	87	42	0,02	107,65
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3	6	0,00	(58,69)
Fundo Penitenciário Nacional	0	0	0,00	-
Fundação Nacional do Índio	0	0	0,00	4,31
Fundo Nacional de Segurança Pública	0	9	-	(100,00)
Precatórios de Terceiros	26.701	3.101	5,16	760,94
Fundação Nacional do Índio	26.523	3.101	5,13	755,20
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	178	0	0,03	-
Demais obrigações a Curto Prazo - demais contas	2.683	4.287	0,52	(37,41)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.331	3.336	0,26	(60,10)
Fundo Penitenciário Nacional	643	429	0,12	49,99
Polícia Federal	369	225	0,07	63,73
Fundação Nacional do Índio	174	242	0,03	(28,17)
Polícia Rodoviária Federal	121	48	0,02	151,92
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	43	0	0,01	-
Fundo Nacional de Segurança Pública	3	7	0,00	(64,11)
Total	517.519	221.384	100,00	133,77

Nota 05 – Resultados de Exercícios Anteriores - BP

Em 2019, o “Resultado de Exercícios Anteriores” representou 96,00% (R\$ 110.406.571 mil) do total do patrimônio líquido; sendo 89,49% (R\$ 98.789.098 mil) decorrentes, prioritariamente, de resultados superavitários, provenientes de exercícios anteriores, conforme “Tabela 7”, decorrentes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações de bens imóveis da FUNAI, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas.

Tabela 07 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31/12/2019	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
SUPERÁVITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Fundação Nacional do Índio	98.789.098	98.389.004	89,49	0,41
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.212.849	282.376	3,82	1.391,93
Departamento de Polícia Federal	3.279.609	3.026.609	2,97	8,36
Departamento e Polícia Rodoviária Federal	1.568.275	1.291.620	1,42	21,42
Fundo Penitenciário Nacional	1.150.180	1.101.860	1,04	4,39
Ministério da Justiça e Segurança Pública	901.223	1.158.640	0,82	(22,22)

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	ANEXOS E APÊNDICES
--	--	---	-------------------------------------	--	-----------------------

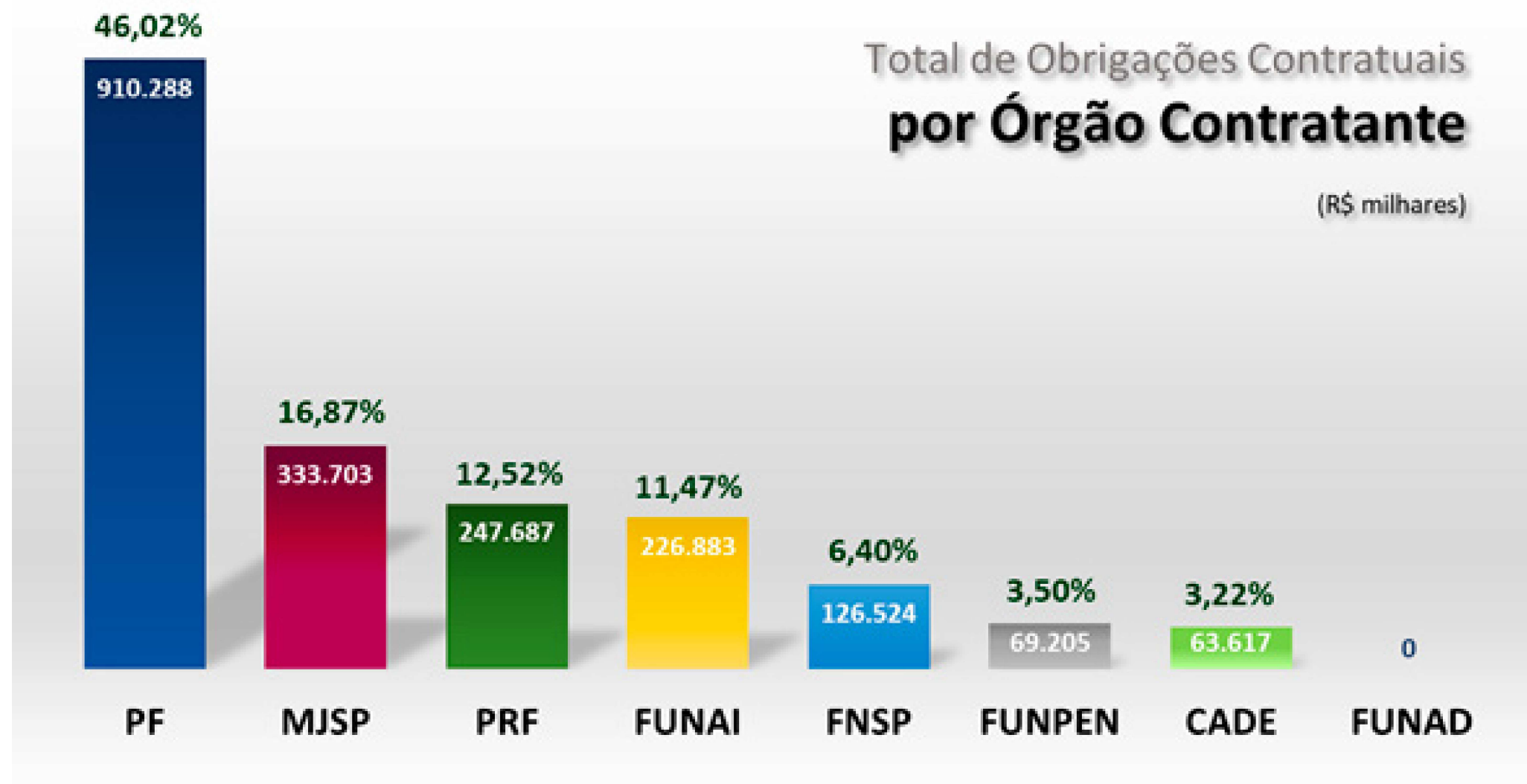
Fundo Nacional de Segurança Pública	224.271	138.370	0,20	62,08
Fundo Nacional Antidrogas	144.097	123.400	0,13	16,77
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	50.093	46.267	0,05	8,27
Subtotal (A)	110.319.695	105.558.147	99,25	4,51
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Departamento de Polícia Federal	(10.840)	(535)	(0,01)	1.925,77
Ministério da Justiça e Segurança Pública	(2.308)	284.262	(0,00)	(100,81)
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	(2.062)	652	(0,00)	(416,37)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(484)	(8.529)	(0,00)	(94,33)
Fundo Nacional de Segurança Pública	(111)	4.147	(0,00)	(102,67)

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	ANEXOS E APÊNDICES
Fundação Nacional do Índio	(87)	(483)	(0,00)	(82,02)	
Fundo Penitenciário Nacional	(45)	22.627	(0,00)	(100,20)	
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	(37)	0	(0,00)	-	
Fundo Nacional Antidrogas	200	0	0,00	-	
Subtotal (B)	(15.775)	302.141	(0,01)	(105,22)	
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - INTRA OFSS					
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,08	0,00	
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,08	0,00	
Total (A+B)	110.406.571	105.645.023	100,00	4,51	

Nota 06 – Obrigações Contratuais a Executar - BP

A “Figura 5”, apresenta o volume financeiro de obrigações contratuais distribuídas por órgão do MJSP. A PF totalizou 46,02% (R\$ 910.288 mil), no 4º trimestre de 2019, sendo que, desse montante, 77,89% (R\$ 708.982 mil) são referentes à contratos de serviços.

Figura 05 - Obrigações Contratuais - por órgão contratante



Na “Tabela 8”, a seguir, evidencia-se as dez maiores empresas contratadas em razão do volume financeiro, no 4º trimestre de 2019.

O Serpro - Sede - Brasília teve maior representação, com 11,44% (R\$ 226.290 mil), seguido da Casa da Moeda do Brasil, com 10,98% (R\$ 217.253 mil) do total das obrigações contratuais do MJSP.

Estão relacionadas as 38 empresas, na “Tabela 9”, que apresentaram valores contratados superiores a R\$ 10 milhões, as quais representaram 59,64% (R\$ 1.179.621 mil) do total contratado.

Tabela 08 – 10 Maiores Contratados – por órgão (R\$ milhares)

	CONTRATADO	31/12/2019	AV (%)
1º	Serpro - Sede - Brasília	226.290	11,44
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	231	0,01
	Departamento de Polícia Federal	46.108	2,33
	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	14.481	0,73
	Fundação Nacional do Índio	393	0,02
	Fundo Nacional de Segurança Pública	0	0,00
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	165.077	8,35
2º	Casa da Moeda do Brasil	217.253	10,98
	Departamento de Polícia Federal	197.033	9,96
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	20.220	1,02
3º	Caixa Econômica Federal	48.064	2,43
	Fundo Penitenciário Nacional	4.279	0,22
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	43.785	2,21
4º	HPE Automotores do Brasil Ltda	45.441	2,30
	Departamento de Polícia Federal	36.030	1,82
	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	9.411	0,48

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	ANEXOS E APÊNDICES
--	--	---	-------------------------------------	--	-----------------------

5º	Ford Motor Company Brasil Ltda	36.624	1,85
	Fundo Nacional de Segurança Pública	36.624	1,85
6º	Indústria de Material Bélico do Brasil	34.421	1,74
	Fundo Nacional de Segurança Pública	34.421	1,74
7º	Estrutural Empreendimentos Ltda	33.564	1,70
	Fundação Nacional do Índio	33.564	1,70
8º	Claro S.A.	31.330	1,58
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	166	0,01
	Departamento de Polícia Federal	22.950	1,16
	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2.993	0,15
	Fundação Nacional do Índio	716	0,04
	Fundo Nacional de Segurança Pública	2	0,00
	Fundo Penitenciário Nacional	70	0,00
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	4.435	0,22
9º	Peugeot-Citroen do Brasil Automóveis Ltda	28.713	1,45
	Departamento de Polícia Federal	25.000	1,26
	Fundo Nacional de Segurança Pública	3.713	0,19
10º	Ticket Soluções Hdft S.A.	28.713	1,45
	Departamento de Polícia Federal	17.125	0,87
	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	5.528	0,28
	Fundação Nacional do Índio	5.793	0,29
	Fundo Nacional de Segurança Pública	264	0,01
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	3	0,00
Total - 10 maiores		730.415	36,93
Total Contratados		1.977.907	100,00

Tabela 09 – Acima de 10 milhões – por órgão (R\$ milhares)

CONTRATADO	31/12/2019	AV (%)
Serpro - Sede - Brasília	226.290	11,44
Casa da Moeda do Brasil	217.253	10,98
Caixa Econômica Federal	48.064	2,43
HPE Automotores do Brasil Ltda	45.441	2,30
Ford Motor Company Brasil Ltda	36.624	1,85
Indústria de Material Bélico do Brasil	34.421	1,74
Estrutural Empreendimentos Ltda	33.564	1,70
Claro S.A.	31.330	1,58
Peugeot-Citroen do Brasil Automóveis Ltda	28.713	1,45
Ticket Soluções Hdftg S.A.	28.713	1,45
Disbrave Administradora de Bens Imóveis Ltda	24.475	1,24
Valid Soluções S.A.	23.873	1,21
Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda	23.466	1,19
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	21.334	1,08
Normandia Engenharia Ltda	19.986	1,01
General Motors do Brasil Ltda	19.610	0,99
Ticket Serviços S.A.	18.407	0,93
Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.	17.964	0,91
Artel recursos humanos Eireli - EPP	17.140	0,87

Inovar Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda	15.938	0,81
Construtora Carajas Ltda	15.788	0,80
Serpro - Regional Brasília	15.774	0,80
Contratos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal não Classificados	15.416	0,78
Rontan Eletro Metalúrgica Ltda	15.325	0,77
Oi S.A. - em Recuperação Judicial	15.154	0,77
Construtora RV Ltda	14.251	0,72
Condor S.A. Indústria Química	14.235	0,72
Algar Tecnologia e Consultoria S.A.	14.080	0,71
Oikos Construções Ltda - EPP	14.025	0,71
Banco do Brasil S.A.	13.892	0,70
Victória Empreendimentos e Participações Ltda	13.270	0,67
Alvaro Pinto Llorca	13.265	0,67
Embraer S.A.	12.905	0,65
Lenovo Comercial e Distribuição Limitada	12.903	0,65
Brasoftware Informática Ltda	12.400	0,63
Helisul Táxi Aéreo Ltda	12.121	0,61
Paineiras Limpeza e Serviços Gerais Ltda	11.852	0,60
Petrobrás Distribuidora S.A.	10.359	0,52
Total - Acima de 10 milhões	1.179.621	59,64
Total Geral	1.977.907	100,00

Nota 07 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP

Com relação a 2018, 99,58% (R\$ 6.979.600 mil) do crescimento nas “Valorizações e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” foram decorrentes de “Ganhos com Incorporação de Ativo”, com aumento de R\$ 2.151.389 mil, e “Reavaliação de Ativos”, com aumento de R\$ 4.828.211mil, cujas principais justificativas foram destacadas a seguir.

Em dezembro de 2019, do total das “Variações Patrimoniais Aumentativas”, 43,29% (R\$ 12.154.579 mil) foram referentes a “Valorizações e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”. Do referido montante, 99,41% (R\$ 12.083.019 mil) foram registros de “Ganhos com Incorporação de Ativos” e “Reavaliação de Ativos”, que totalizaram, respectivamente, 55,96% (R\$ 6.801.563 mil) e 43,45% (R\$ 5.281.456 mil).

Com relação aos “Ganhos com Incorporação de Ativos”, destacaram-se os seguintes registros contábeis:

a) PF: a Superintendência Regional no Estado do Amapá registrou R\$ 4.916.876 mil em “Outros Ganhos com Incorporação de Ativo”, referente ao registro de bens imóveis de uso especial no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso Especial da União - SPIUNET, em abril de 2019, representando 72,29% do total da referida rubrica.

b) FUNAI: A Coordenação Regional de Ji-Paraná, em Rondônia, e a Coordenação Regional do Sul da Bahia registraram, respectivamente, R\$ 427.047 mil e R\$ 159.508 mil em “Outros Ganhos com Incorporação de Ativo”, referentes também ao registro de bens imóveis de uso especial no SPIUNET, ao longo do ano de 2019; ambas representando 8,62% do total da referida rubrica.

Com relação a “Reavaliação de Bens Imóveis”, 91,26% (R\$ 4.819.749 mil) dos registros contábeis foram da FUNAI, nas Coordenações Regionais de Xavante, no Mato Grosso, e do Centro-leste do Pará, as quais representaram, respectivamente, 58,34% (R\$ 3.080.940 mil) e 32,92% (R\$ 1.738.808 mil) do total destas reavaliações.

Nota 08 – Pessoal e Encargos - DVP

No 4º trimestre de 2019, a rubrica “Pessoal e Encargos” apresentou 32,18% (R\$ 7.553.057 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pelas polícias Federal e Rodoviária Federal, que somaram 88,73% (R\$ 6.701.592 mil), conforme “Tabela 10”. Nesse sentido, os mesmos órgãos representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 69,26% (R\$ 5.231.114 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos.

Tabela 10 – Pessoal e Encargos – Por Órgão (R\$ milhares)

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	4.078.913	3.976.199	54,00	2,58
Benefícios a Pessoal	69.367	168.959	2,24	0,24
Encargos Patronais	634.735	626.942	8,40	1,24
Outras VPD - Pessoal e Encargos	50.556	82.844	0,67	(38,97)
Remuneração a Pessoal	3.224.255	3.097.454	42,69	4,09
Polícia Rodoviária Federal	2.622.679	2.479.900	34,72	5,76
Benefícios a Pessoal	205.590	150.306	2,72	6,78
Encargos Patronais	392.172	385.708	5,19	1,68
Outras VPD - Pessoal e Encargos	18.057	368	0,24	4.811,17
Remuneração a Pessoal	2.006.860	1.943.518	26,57	3,26
Ministério da Justiça e Segurança Pública	425.704	398.578	5,64	6,81
Benefícios a Pessoal	34.572	1.246	0,46	10,65
Encargos Patronais	1.182	50.268	0,68	1,82

visão geral organizacional e ambiente externo	governança, estratégia e alocação de recursos	riscos, oportunidades e perspectivas	resultado e desempenho da gestão	informações orçamentárias financeiras e contábeis	anexos e apêndices
Outras VPD - Pessoal e Encargos	3.663	3.106	0,05	17,94	
Remuneração a Pessoal	336.286	313.959	4,45	7,11	
Fundação Nacional do Índio	412.264	372.927	5,46	0,55	
Benefícios a Pessoal	17.707	17.804	0,23	(0,54)	
Encargos Patronais	37.678	41.690	0,50	(9,63)	
Outras VPD - Pessoal e Encargos	1.336	925	0,02	4,44	
Remuneração a Pessoal	355.543	12.508	4,71	3,77	
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	13.495	3.827	0,18	(2,40)	
Benefícios a Pessoal	661	768	0,01	(13,88)	
Encargos Patronais	1.104	2.911	0,01	(62,06)	
Outras VPD - Pessoal e Encargos	459	102	0,01	350,94	
Remuneração a Pessoal	11.270	10.046	0,15	12,18	
Fundo Penitenciário Nacional	2	6	0,00	(57,48)	
Encargos Patronais	2	6	0,00	(57,48)	
Total Geral	7.553.057	7.241.437	100,00	4,30	

Destaca-se, na análise comparativa entre os períodos, a variação expressiva na conta “Outras VPD - Pessoal e Encargos”, como a seguir e representado na “Tabela 11”:

a) Aumento de 100,00% em relação a 2018, de auxílio financeiro a candidatos participantes de curso de formação para o exercício de cargo decorrente de concurso público, sendo 48,82% (R\$ 17.963 mil) da PF; e 48,09% (R\$ 17.693 mil) da PRF. Totalizando 96,91% (R\$ 35.657 mil) do total da conta Auxílio a Participantes de Curso e Pessoas Físicas;

b) A conta Pessoal Requisitado de Outros Órgãos apresentou redução de 58,76% (R\$ 48.699 mil), sendo impactado majoritariamente pela PF, que foi responsável por 43,65% (R\$ 32.330 mil) do saldo total da rubrica Outras VPD - Pessoal e Encargos, apresentando uma variação decrescente de 60,68% (R\$ 49.883 mil) em relação a 2018.

Tabela 11 – Outras VPD – Por Conta Contábil (R\$ milhares)

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
Auxílio a Participantes de Curso e Pessoas Físicas	36.792	925	49,67	3.876,61
Polícia Federal	17.963	-	24,25	-
Polícia Rodoviária Federal	17.693	-	23,89	-
Fundação Nacional do Índio	1.135	925	1,53	22,71
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	34.180	82.880	46,14	(58,76)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	241	92	0,33	161,56
Polícia Federal	32.330	82.213	43,65	(60,68)

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	ANEXOS E APÊNDICES
Polícia Rodoviária Federal	364	368	0,49	(0,94)	
Fundação Nacional do Índio	201	-	0,27	-	
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.044	206	1,41	406,03	
Pessoal Requisitado de Outros Entes	2.671	2.893	3,61	(7,66)	
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	52	-	0,07		
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.619	2.893	3,54	(9,46)	
Indenizações e Restituições Trabalhistas	428	647	0,58	(33,76)	
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	166	10	0,22	1.610,29	
Departamento de Polícia Federal	262	630	0,35	(58,42)	
Ministério da Justiça e Segurança Pública	-	7	-	(100,00)	
Total Geral	74.072	87.344	100,00	(15,20)	

Nota 09 – Desincorporação de Ativos – DVP

Com relação a 2018, 99,58% (R\$ 6.979.600 mil) do crescimento nas “Valorizações e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” foram decorrentes de “Ganhos com Incorporação de Ativo”, com aumento de R\$ 2.151.389 mil, e “Reavaliação de Ativos”, com aumento de R\$ 4.828.211mil, cujas principais justificativas foram destacadas a seguir.

Em dezembro de 2019, na análise, por conseguinte, do total das “Variações Patrimoniais Diminutivas”, 29,10% (R\$ 6.830.439 mil) foram referentes a “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”. Do referido montante, 99,78% (R\$ 6.815.620 mil) foram registros de “Desincorporação

de Ativos” e “Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas”, que totalizaram, respectivamente, 73,83% (R\$ 5.042.861 mil) e 25,95% (R\$ 1.772.758 mil).

Com relação a “Desincorporação de Ativos”, destacou-se o registro contábil efetuado pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amapá, que efetuou a baixa de R\$ 4.924.527 mil de bens imóveis de uso especial registrados em duplicidade no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso Especial da União - SPIUNET, em abril de 2019, representando 97,65% do total contabilizado na referida rubrica.

Com relação a “Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas”, 84,90% (R\$ 1.504.989 mil) dos registros contábeis foi da FUNAI, na Coordenação Regional de Xavante, no Mato Grosso, referente a desvalorização de bens imóveis de uso especial registrados no SPIUNET.

Nota 10 – Demais Receitas Patrimoniais - BO

No 4º trimestre de 2019, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais apresentou o saldo de 28,65% (R\$ 1.138.424 mil) em relação ao total das receitas correntes. A totalidade do saldo decorre da receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípias, geridos pela Caixa Econômica Federal.

Em destaque na “Tabela 12” verifica-se que 96,93% da receita realizada decorre de Prognósticos Numéricos que são, especificamente: Dupla-sena, Lotofácil, Lotomania, Megassena e Quina.

Verifica-se que o FNSP representou 90,14% (R\$ 1.026.208 mil) da receita realizada; e o Fundo Penitenciário Nacional 9,86% (R\$ 112.217 mil).

Tabela 12 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão (R\$ milhares)

RECEITA ORÇAMENTÁRIA (LÍQUIDA)	31/12/2019	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.026.208	90,14
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	10.096	0,89
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	995.882	87,48

Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	8.356	0,73
Participação da União em Receita de Loteria Federal	11.874	1,04
Fundo Penitenciário Nacional	112.217	9,86
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	2.019	0,18
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	107.547	9,45
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	727	0,06
Participação da União em Receita de Loteria Federal	1.924	0,17
Total	1.138.424	100,00

Nota 11 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 4º trimestre de 2019, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 46,30% (R\$ 1.839.555 mil) em relação ao total das receitas correntes.

Na análise, a PRF obteve destaque na conta contábil Multas Previstas em Legislação Específica correspondente a 62,58% (R\$ 1.151.150 mil) do total da referida arrecadação, evidenciado na “Tabela 13”.

A receita líquida orçamentária relativa às multas arrecadadas pelo Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD, as quais têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, representaram 34,20% (R\$ 629.197 mil) do total da receita orçamentária com “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais”. Ambas somaram 96,78% (R\$ 1.780.346 mil).

Tabela 13 - Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais

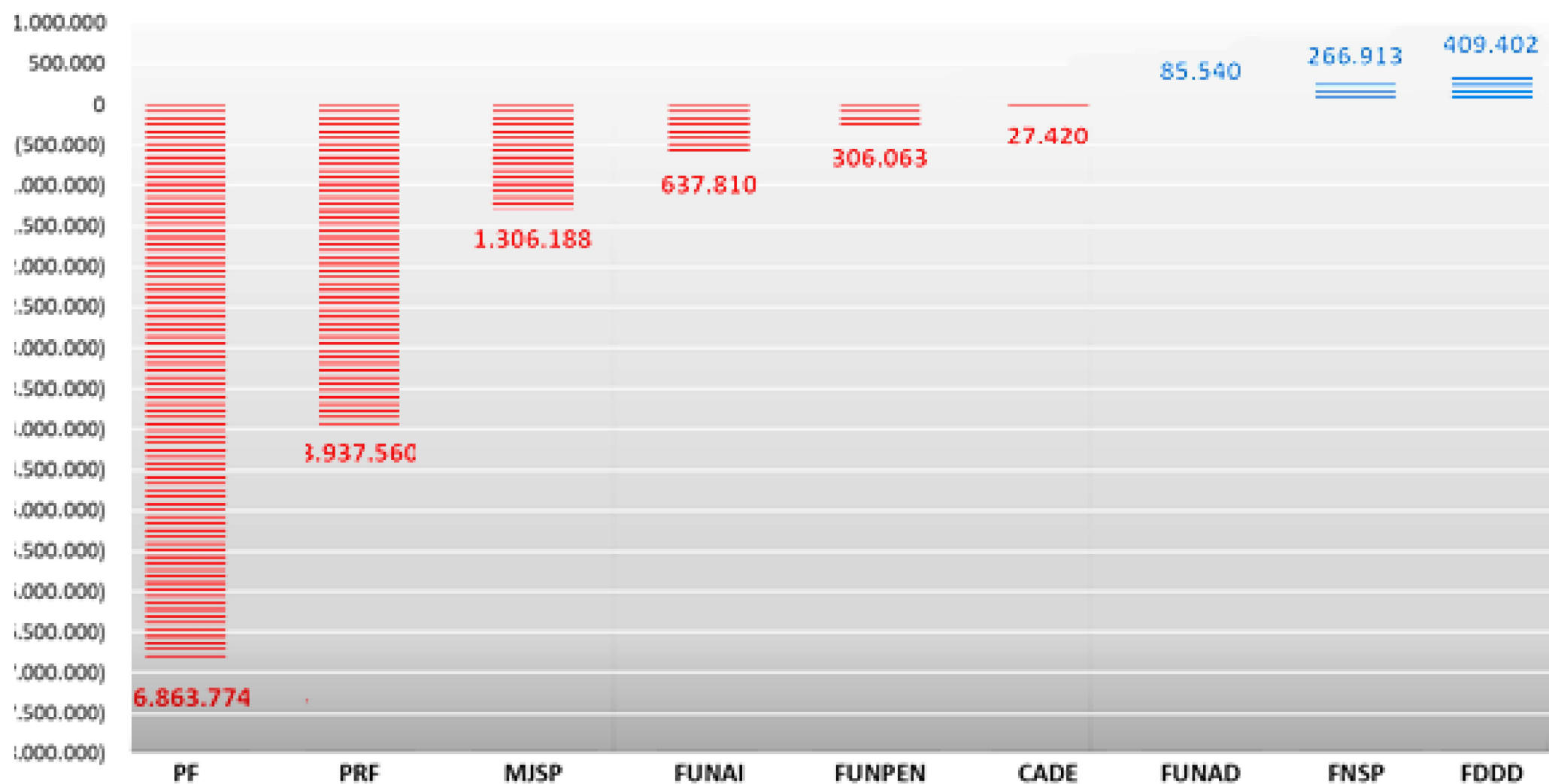
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (LÍQUIDA)	31/12/2019	AV (%)
Multas Previstas em Legislação Específica	1.189.514	64,66
Polícia Rodoviária Federal	1.151.150	62,58
Polícia Federal	34.077	1,85
Fundo Penitenciário Nacional	3.495	0,19
Fundo Nacional Antidrogas	715	0,04
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	78	0,00
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	629.197	34,20
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	629.197	34,20
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	20.609	1,12
Fundo Penitenciário Nacional	20.609	1,12
Multas e Juros Previstos em Contratos	235	0,01
Polícia Rodoviária Federal	234	0,01
Fundação Nacional do Índio	1	0,00
Total	1.839.555	100,00

Nota 12 – Resultado Orçamentário – Déficit – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. No 4º trimestre de 2019, o resultado orçamentário apresentado pela PF e pela PRF impactaram, respectivamente, 55,73% (R\$ 6.863.774 mil) e 31,97% (R\$ 3.937.560 mil), no déficit de R\$ 12.316.959 mil do MJSP, conforme demonstrado na “Tabela 14” e na “Figura 6”. Ambos os órgãos somaram 87,69% (R\$ 10.801.333 mil) do resultado total apresentado em dezembro de 2019.

Tabela 14 – Resultado Orçamentário – Déficit (R\$ milhares)

ÓRGÃO UGE	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV (%)
PF	720.910	7.584.684	(6.863.774)	55,73
PRF	1.172.225	5.109.785	(3.937.560)	31,97
MJSP	2.876	1.309.065	(1.306.188)	10,60
FUNAI	632	638.442	(637.810)	5,18
FUNPEN	295.592	601.655	(306.063)	2,48
CADE	38.233	65.653	(27.420)	0,22
FUNAD	91.908	6.368	85.540	(0,69)
FNSP	1.026.208	759.295	266.913	(2,17)
FDDD	633.495	224.093	409.402	(3,32)
Total	3.982.079	16.299.039	(12.316.959)	100,00

Figura 06 – Resultado Orçamentário – Déficit – por órgão

Nota 13 – Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - BO

Do total das despesas empenhadas com “Pessoal e Encargos Sociais”, 93% (R\$ 10.436.394 mil) foram efetivamente pagas até o 4º trimestre de 2019, sendo que o CADE foi o órgão que obteve a maior execução, ou seja, 93,81%. Com relação as despesas empenhadas, a PF foi responsável pelo maior volume, 54,86% (R\$ 6.155.729 mil), seguido da PRF, responsável por 36,42% (R\$ 4.087.391 mil) do total. Ambos os órgãos somaram 91,28% (R\$ 10.243.119 mil). A seguir, a “Tabela 15” evidencia o percentual das despesas com pessoal e encargos pagos em relação ao empenhado, de cada órgão.

Tabela 15 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão (R\$ milhares)

DESCRIÇÃO	Despesa Empenhada	AV (%)	Despesa a Liquidar Inscrita em RPNP	Desp. Liquidada a Pagar Insc. em RPP	Despesa Paga	AV (%)	Execução (%)
PF	6.155.729	54,86	12.918	416.101	5.726.709	54,87	93,03
Aposentadorias e Pensões	2.320.873	20,68	863	143.509	2.176.501	20,85	93,78
Obrigações Patronais	629.299	5,61	298	-	629.001	6,03	99,95
Outras Despesas	43.272	0,39	11.396	13.085	18.790	0,18	43,42
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.162.285	28,18	361	259.507	2.902.417	27,81	91,78
PRF	4.087.391	36,42	-	261.356	3.826.035	36,66	93,61
Aposentadorias e Pensões	1.710.417	15,24	-	108.384	1.602.033	15,35	93,66
Obrigações Patronais	391.260	3,49	-	-	391.260	3,75	100,00
Outras Despesas	8.128	0,07	-	438	7.690	0,07	94,61
Vencimentos e Vantagens Fixas	1.977.586	17,62	-	152.534	1.825.052	17,49	92,29

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	ANEXOS E APÊNDICES
--	--	---	-------------------------------------	--	-----------------------

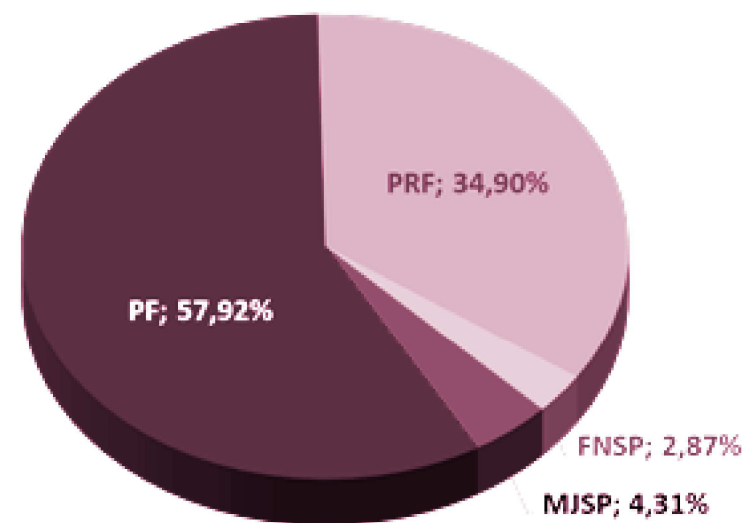
MJSP	523.180	4,66	863	34.872	487.445	4,67	93,17
Aposentadorias e Pensões	142.317	1,27	-	10.543	131.775	1,26	92,59
Obrigações Patronais	50.775	0,45	-	-	50.775	0,49	100,00
Outras Despesas	11.111	0,10	863	340	9.907	0,09	89,17
Vencimentos e Vantagens Fixas	318.978	2,84	-	23.989	294.989	2,83	92,48
FUNAI	442.718	3,95	30.024	28.140	384.554	3,68	86,86
Aposentadorias e Pensões	177.305	1,58	6.569	9.149	161.587	1,55	91,14
Obrigações Patronais	44.645	0,40	7.094	1	37.550	0,36	84,11
Outras Despesas	10.356	0,09	1.449	251	8.657	0,08	83,59
Vencimentos e Vantagens Fixas	210.413	1,88	14.912	18.739	176.761	1,69	84,01
CADE	12.419	0,11	-	768	11.651	0,11	93,81
Aposentadorias e Pensões	734	0,01	-	58	676	0,01	92,13
Obrigações Patronais	1.104	0,01	-	-	1.104	0,01	100,00
Outras Despesas	928	0,01	-	85	843	0,01	90,88
Vencimentos e Vantagens Fixas	9.654	0,09	-	626	9.028	0,09	93,52
Total Geral	11.221.437	100,00	43.805	741.237	10.436.394	100,00	93,00

Nota 14 – Segurança Pública – DFC

Os desembolsos relativo ao Pessoal e Demais Despesas, relacionados à Segurança Pública, representaram 49,47% (R\$ 7.288.113 mil), em dezembro de 2019, do total apresentado nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 57,92% (R\$ 4.221.516 mil) e 34,90% (R\$ 2.543.388 mil), somando 92,82% do total dos desembolsos, conforme apresentado na “Figura 7”.

Na “Tabela 16” estão evidenciados os desembolsos que representaram valores acima de 10 milhões, sendo que o item “Subsídios” representou 58,56% (R\$ 4.268.014 mil) do total da rubrica Segurança Pública.

Figura 07 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão

Fonte: SIAFI

Tabela 16 – Acima de 10 milhões – por item (R\$ milhares)

ITEM	DESEMBOLSOS - PESSOAL E DEMAIS DESPESAS - POR	31/12/2019	AV (%)
1	Subsídios	4.268.014	58,56
2	13º Salário	406.632	5,58
3	Diárias no País	241.440	3,31
4	Serviços Gráficos e Editoriais	228.068	3,13
5	Vencimentos e Salários	191.332	2,63
6	Gratificação por Exercício de Cargo Efetivo	182.015	2,50
7	Auxílio-Alimentação Civis	139.863	1,92

8	Ferias - 1/3 Constitucional	129.698	1,78
9	Ressarcimento Assistência Médica/Odontológica	90.432	1,24
10	Limpeza e Conservação	66.845	0,92
11	Serv. de Apoio Admin., Técnico e Operacional	62.991	0,86
12	Abono de Permanência	61.715	0,85
13	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	58.206	0,80
14	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	56.070	0,77
15	Serviços de Energia Elétrica	54.409	0,75
16	Passagens para o País	49.188	0,67
17	Vigilância Ostensiva	46.961	0,64
18	Gratificação p/ Exercício de Cargo em Comissão	43.043	0,59
19	Hospedagens de Sistemas	40.368	0,55
20	Comunicação de Dados e Redes em Geral	39.225	0,54
21	Diárias a Colaboradores Eventuais no País	38.722	0,53
22	Vigilância Ostensiva/Monitorada/Rastreamento	36.905	0,51
23	Auxílio a Participantes de Curso de Formação	35.657	0,49
24	Manutenção Corretiva/Adaptativa e Sustentação Softwares	34.885	0,48
25	Serviços Técnicos Profissionais de TIC	34.740	0,48
26	Serviços de Comunicação em Geral	32.054	0,44
27	Locação de Imóveis	30.800	0,42

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	ANEXOS E APÊNDICES
--	--	---	-------------------------------------	--	-----------------------

28	Manutenção e Conserv. de Bens Imóveis	27.367	0,38
29	Gratificação por Encargo de Curso e Concurso – GECC	24.993	0,34
30	Material p/ Manutenção de Veículos	24.482	0,34
31	Auxílio-Creche Civil	21.966	0,30
32	Serviço de Seleção e Treinamento	20.572	0,28
33	Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	20.168	0,28
34	Pessoal Requisitado de Outros Órgãos da APF	19.168	0,26
35	Material para Comunicações	18.559	0,25
36	Adicional de Insalubridade	17.389	0,24
37	Retribuição Básica no Exterior - Civil (Lei 5.809/1972)	15.910	0,22
38	Suprimento de Aviação	15.424	0,21
39	Serviços em Itens Reparáveis de Aviação	15.074	0,21
40	Indenizações	13.886	0,19
41	Ajuda de Custo - Pessoal Civil	13.081	0,18
42	Manutenção e Conserv. de Veículos	12.716	0,17
43	Auxílio-Transporte Cívico	11.376	0,16
44	Combustíveis e Lubrificantes de Aviação	11.028	0,15
45	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	10.791	0,15
46	Explosivos e Munições	10.042	0,14
47	Demais Desembolsos	263.843	3,62
Total dos Desembolsos		7.288.113	100,00

Nota 15 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC

Aquisições de Ativo não Circulante integraram 88,94% (R\$ 599.126 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas na DFC, em dezembro de 2019, sendo 74,05% (R\$ 443.650 mil) assim registrados:

a) Material e Equipamentos de TIC (Informática), 28,97% (R\$ 173.540 mil);

b) Veículos de Tração Mecânica, 27,69% (R\$ 165.912 mil);

c) Obras em Andamento, 17,39% (R\$ 104.198 mil).

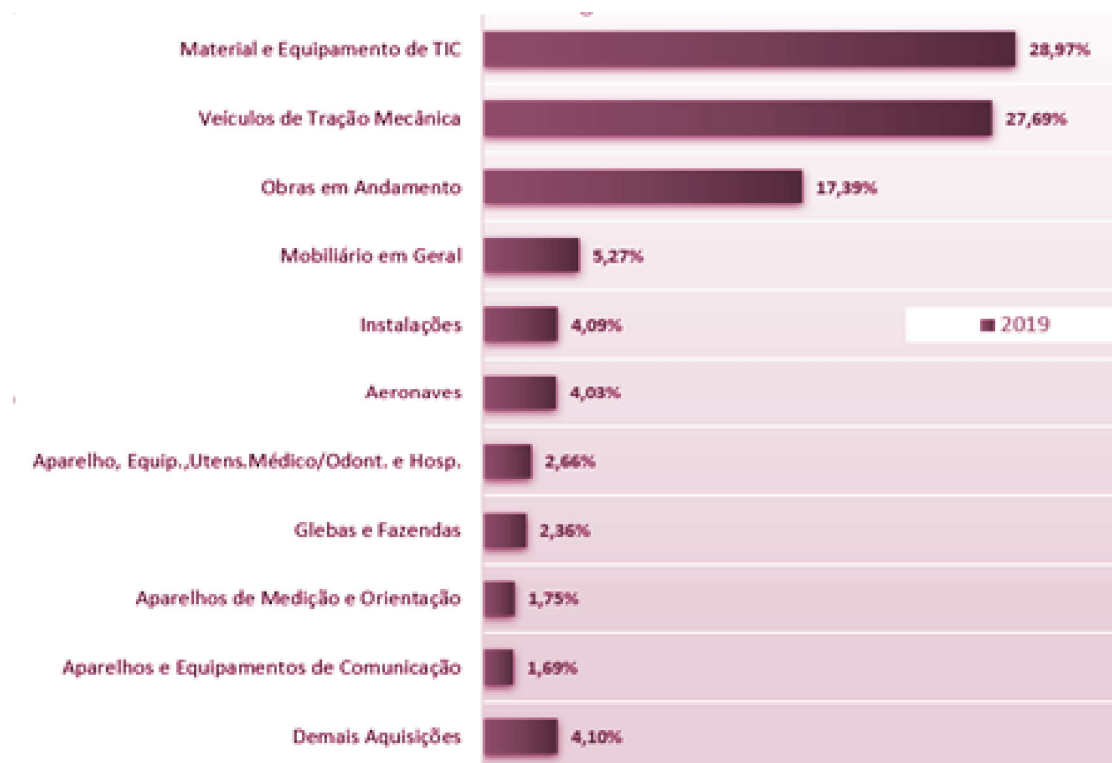


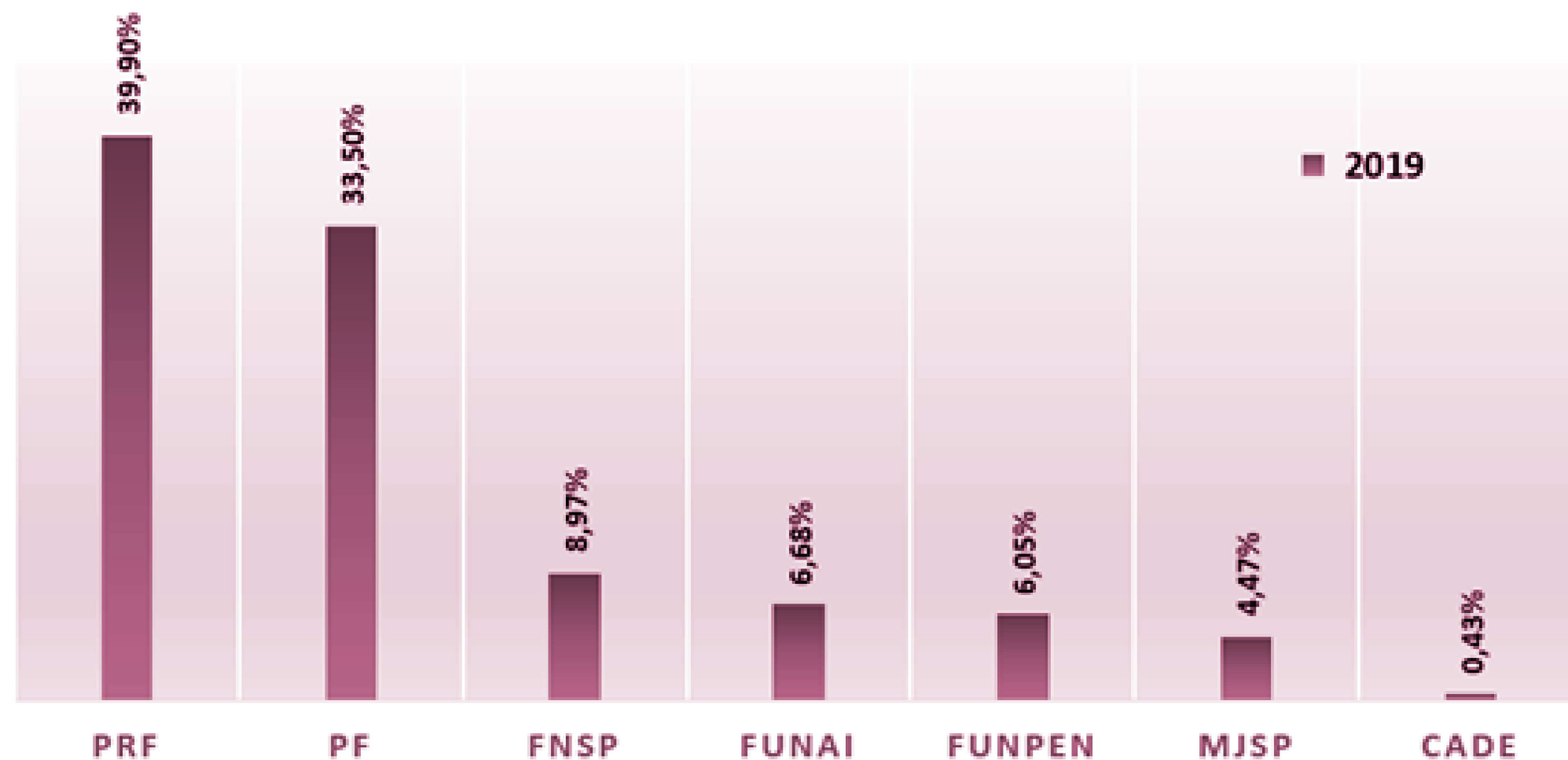
Figura 08 –Aquisição de Ativo não Circulante – por item

A “Figura 8” destaca o total das aquisições por item, sendo que a PRF apresentou o maior impacto nas aquisições, destacando-se 18,09% (R\$ 108.366 mil) relativo a veículos de tração mecânica; e 4,01% (R\$ 24.049 mil) relativo a aeronaves, totalizando 22,10% (R\$ 132.414 mil) do total da conta Aquisição de Ativo Não Circulante. Nesse sentido, a PF representou o maior valor em relação as aquisições na área de material e equipamentos de TIC, somando 19,76% (R\$ 118.389 mil) do total da conta Aquisição de Ativo Não Circulante.

Cabe ressaltar que as PRF e PF foram responsáveis por 73,40% (R\$ 439.775 mil) do total das Aquisições de Ativo Não Circulante, cujos valores corresponderam, respectivamente, a 39,90% (R\$ 239.061 mil) e 33,50% (R\$ 200.714 mil), destacado na “Figura 9”.

Fonte: SIAFI

Figura 09 – Aquisição de Ativo não Circulante – Por Órgão



Nota 16 – DMPL – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do MJSP, com relação aos ajustes de exercícios anteriores, os quais corresponderam a -0,01% (R\$ -12.138 mil) do saldo final da DMPL no 4º trimestre de 2019, 87,21% (R\$ -10.586 mil) foram assim registrados:

- a) “Salários, Remunerações e Benefícios”, 66,79% (R\$ -8.107 mil); e
- b) “Contas a Pagar Credores Nacionais”, 20,42% (R\$ -2.479 mil);

Cabe ressaltar que a PF foi responsável por 79,96% (R\$ -9.706 mil) do total de “Ajustes de Exercícios Anteriores”.

No que se refere a reserva de reavaliação de ativos, correspondente a R\$ -3.642 mil do saldo final da DMPL em dezembro de 2019, 69,30% (R\$ -2.524 mil) foram assim constituídas:

- a) Veículos de tração mecânica, 16,64% (R\$ -606 mil);
- b) Softwares, 14,38% (R\$ -524 mil);
- c) Equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, 13,51% (R\$ -492 mil);
- d) Equipamentos de proteção, segurança e socorro, 13,44% (R\$ -489 mil); e
- e) Armamentos, 11,33% (R\$ -413 mil).

A PRF e PF representaram, respectivamente, 46,56% (R\$ -1.696 mil) e 31,13% (R\$ -1.134 mil) do total de “Reserva de Reavaliação de Ativos”.

O superávit de R\$ 4.608.689 mil apresentado no resultado do exercício, o qual representou 4,01% do saldo patrimonial líquido, foi impactado principalmente por:

- “Transferências e Delegações Recebidas” e “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”; correspondentes, respectivamente, a 45,76% (R\$ 13.296.337 mil) e 43,29% (R\$ 5.145.410 mil), somando 89,05% (R\$ 18.441.748 mil) das ações patrimoniais aumentativas; e

- “Pessoale Encargos”, “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais”; correspondentes, respectivamente, a 32,18% (R\$ 7.553.057 mil), 29,10% (R\$ 6.830.439 mil) e 17,91% (R\$ 4.203.561 mil), somando 79,20% (R\$ 18.587.057 mil) das variações patrimoniais diminutivas.

O saldo restante de R\$ 110.406.576 mil, do início do exercício de 2019, foi proveniente de exercícios anteriores, não sendo objeto desta análise.